



# MEMÓRIAS DO TRABALHO NA FRONTEIRA: AS MARÇAS COLONIAIS DA PRODUÇÃO DE FERRO-GUSA EM AÇAILÂNDIA (MA)

Edna Castro<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Os relatos orais que trazemos neste artigo são de trabalhadores de uma usina siderúrgica de ferro-gusa, localizada no município de Açailândia, no Maranhão. No final dos anos 1980 e início de 1990, foram implantadas várias siderurgias, algumas delas deslocadas de Minas Gerais, nos municípios por onde passava a Estrada de Ferro Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão, e que utilizavam como principais matérias primas ferro vindo de Carajás e o carvão vegetal que passou a ser produzido com intensidade a partir da floresta nativa.

As narrativas foram colhidas durante a pesquisa *Exploração mineral da Amazônia e transformação nas relações de trabalho: um estudo dos*

---

1 Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, da Universidade Federal do Pará, e pesquisadora de Produtividade do CNPq.

*impactos do polo Siderúrgico do Programa Grande Carajás* no correr dos anos 1990 e 1991. Embora tenhamos percorrido vários municípios, na pesquisa, onde haviam sido instaladas alguns dessas usinas e também o Projeto Ferro Carajás-Marábá, Parauapebas, Açailândia e Santa Inês – neste artigo recomponemos apenas relatos gravados na cidade de Açailândia, no ano de 1990, de trabalhadores da Viena Siderúrgica.

Em viagens de trem na Estrada de Ferro Carajás, pude observar de perto o deslocamento de migrantes que vinham sobretudo de Estados do Nordeste em busca de terra e trabalho. Dirigiam-se a esta grande fronteira amazônica que começava, a seus olhos, na passagem do Maranhão para o Pará, cujas cidades de Imperatriz e Açailândia tonaram-se referenciais devido os projetos de mineração do Programa Grande Carajás. Meu primeiro contato com a cidade de Açailândia foi em outubro de 1989, quando estive realizando pesquisa exploratória sobre a expansão do Programa Grande Carajás para novas fronteiras econômicas, e pude constatar a decadência da indústria madeireira, com seus cemitérios de serrarias, florescente em década anteriores, e a desativação de muitos moinhos de arroz em função da queda da pequena produção com a expansão das fazendas e das serrarias. Essa percepção de uma fronteira móvel que se metamorfoseia pela dinâmica do conflito, dos lugares de poder e pela chegada de novos atores, me chamou a atenção para tentar entender como essa fronteira é sentida e relatada pelos seus próprios agentes. Acabei alterando parte do projeto de pesquisa que iniciaria em março de 1990, financiado pelo CNPq. e pela Fundação Ford,<sup>2</sup> para absorver trabalhadores de outros setores,

---

2 A pesquisa tinha como objetivo estudar o campo do trabalho em transformação em áreas de fronteira. Em especial o processo de mobilidade de trabalhadores, novos postos de trabalho e condições de trabalho, migração ocupacional e as tensões entre conhecimentos e práticas sociais e tradicionais de trabalho.

como o da agricultura familiar e o da madeira. Igualmente, a pesquisa incorporou dimensões que me pareciam novas da relação entre trabalho e meio ambiente em áreas de fronteira do capital.<sup>3</sup>

Permaneceu, entretanto, o interesse maior que era entender o que se passava no mundo do trabalho, no interior das usinas recém-instaladas, quem eram seus trabalhadores e como viviam as relações sociais dentro da empresa. Ao mesmo tempo produzir informações sobre o processo de ocupação humana dessa fronteira como espaço de intensa mobilidade de migrantes em busca de terra e trabalho em direção à Amazônia. Esse movimento se intensificara desde a época da primeira grande abertura da floresta por via de estradas, como foi a construção da Rodovia Belém-Brasília, no final dos anos 1950, e que levou à dinamização de uma grande área ao interior, numa metáfora do sertão, aproximando municípios e povoados de Marabá, Imperatriz, Araguaína, entre outros, e o surgimento de muitos como é o caso de Açailândia. Uma fronteira redesenhada, na medida em que suas dinâmicas eram explicitadas pela pesquisa, embora mantida a estrutura inicial de entrevistas centradas nas ocupações dos trabalhadores das usinas siderúrgica de ferro-gusa. Foram feitas quatro viagens de campo à Açailândia para realizar as entrevistas, participar de reuniões com grupos de trabalhadores e realizar outros ti-

---

3 Dando continuidade a essa discussão, incorporei novas questões surgidas no trabalho de campo, notadamente sobre os impactos na mineração no meio ambiente. Um novo projeto de pesquisa, intitulado *Travail et environnement en Amazonie: rapports de production et différenciation des sujets sociaux*, foi aprovado pelo CNPq. e desenvolvido entre julho de 1992 a junho de 1994, no pós-doutorado, junto ao Centre National de la Recherche Scientifique/Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines/IRESO/CNRS, e agradeço a acolhida de Helena Hirata. E também de Ignacy Sachs no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain/CRBC, ambos em Paris. Pude, na ocasião, rever as narrativas dos trabalhadores sobre as relações de trabalho e a forma como percebiam os impactos da mineração sobre a saúde e o meio ambiente.

pos de contatos e conversas. Os relatos aqui apresentados são dos seguintes trabalhadores, que realizavam funções diferentes na usina, e um agricultor: José Ferreira Neto, Almir Ferreira Ceará, Antônio Filho (Lula), Chico do Sindicato, Raimundo Nonato Gomes e Joaquim Lopes dos Reis.

## 1 – FRONTEIRAS DA MINERAÇÃO E TRABALHO

Em 1990, retornei a Marabá para realizar pesquisa de campo junto à lideranças de Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos, Sindicato de Trabalhadores Rurais e algumas associações de agricultores envolvidos na luta pela terra. O objetivo era entender como eles articulavam as lutas pela terra e direitos ao debate iniciante sobre meio ambiente.<sup>4</sup> Entender as percepções sobre mudanças nessa fronteira e, em particular, as mudanças no trabalho e no acesso à terra, pois isso significava também pensar no trabalho e em trabalhadores agrícolas, era nosso interesse principal. E também por guardarem na memória, a história da formação social e econômica dessa região, lembrarem dos outros momentos da luta pela terra, da Guerrilha do Araguaia, do avanço da fronteira pecuária sobre novas terras para montagem das fazendas, em terras ocupadas por pequenos produtores, terras devolutas, terras indígenas e terras de castanhais do povo. As viagens de campo seguintes iniciavam em Marabá e depois prosseguíamos, por trem, até Açailândia, onde permanecíamos. Por duas vezes foi influído um trabalho

---

4 Tive a chance, posteriormente, de participar do I Encontro de Agricultura Familiar e Meio ambiente, promovido por agricultores da região de Marabá, reunindo Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos/SPDDH, o Centro de Pesquisa e Educação Popular/CEPASP, entre outros, inovador para a época pois associava a luta pela terra à defesa do meio ambiente.

de campo em Parauapebas por ser a cidade de maior envolvimento da Vale do Rio Doce, devido ser naquele momento a porta de entrada do Projeto Ferro Carajás.

O Programa Grande Carajás/PGC previa o desenvolvimento pela “teoria” dos polos. E Açailândia era vista como o epicentro de dinâmicas convergentes: polo mineral, polo pecuário, polo madeireiro, polo agrícola, polo das comunicações e da educação. Escolhas do planejamento para serem “polos de crescimento” do futuro. As principais cidades são “disparadas” para o crescimento, mas não há empregos suficientes para todos aqueles que migram.. Há muita discriminação contra o trabalho sindicalizado e uma grande quantidade de maus-tratos e trabalhadores de exploração.

Assim, o PGC foi o primeiro grande consórcio de empresas, se considerarmos os interesses em jogo, o poder estabelecido sobre os territórios de atuação, o papel legitimador do Estado e o enorme investimento público (MONTEIRO, 2005; CASTRO, 2010). Os grandes projetos de mineração e de hidrelétricas, hoje, funcionam com essas matrizes, a exemplo de Belo Monte, no rio Xingu, e Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, passando por cima de culturas e povos estabelecidos nesses mesmos territórios, objeto das intervenções dos grandes projetos.

Colonização, estradas e grandes projetos (mineração, hidrelétricas, madeireiras) constituíram pilares da política de integração nacional. É o caso da rodovia Belém-Brasília que atravessa territórios dos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás e Distrito Federal e cruzava com a rodovia Transamazônica, ligando outros Estados do Norte – Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia e Acre –, às regiões Nordeste, Sul e Sudeste do país. Com a colonização também foi efetivada a expansão da agropecuária, atividade econômica, a mesma que, historicamente, serviu para abrir novas terras do oeste de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

O Programa Grande Carajás representa um modelo de intervenção massiva (CVRD, 1980), e contribuiu para trans-

formar a Amazônia em uma grande fronteira de *commodities* (CASTRO, 2012, 2018). Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose em 2010 –, os três primeiros são, majoritariamente, produzidos ou retirados da Amazônia. Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado. Esta região contribui, também, com a produção de dois outros produtos do *ranking* nacional – celulose e petróleo (com gás natural) –, reafirmando sua importância no cenário nacional de exportação. A globalização e o aumento de competitividade têm provocado, no âmbito local, o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais com vistas a investimentos imediatos ou reservas de nichos de mercado. Por outro lado, a pressão dos consumidores intensivos de energia, do setor mineiro-metalúrgico, tem contribuído com a visão autoritária de considerar os rios da Amazônia destinados a hidrelétricas e produção de energia para projetos de mineração, siderurgias e produtos exportáveis.

Vemos comunidades inteiras serem ameaçadas e expulsas de suas terras de antiga ocupação, processos que atravessam os Estados, empurradas de seus territórios, impossibilitadas de manter seus modos de vida, formas de trabalho, identidades, e vendo se instalar ali, de forma autoritária, grandes siderúrgicas, portos, hidrelétricas, estradas e gasodutos. Na análise da trajetória dos projetos que figuram na bandeira “grande Carajás” observa-se que foram impostos sem diálogo e dignidade, sem respeito aos direitos de ancestralidade da ocupação, das identidades e formas distintas de trabalho e de vida. É necessário atualizar as leituras desses processos que se reiteram no presente, trinta anos depois.

Essa fronteira assim relevada, múltipla, tensa, conflituosa, carregada de significados que só aparentemente ficaram para trás com a mobilidade forçada para ir mais distante na

fronteira, movimento de pessoas que carregam sonhos de melhoria de vida, de encontrar uma terra para se fixar como agricultor, ou um trabalho que lhe garanta viver na cidade, como lembra um relato, a entrada de famílias em um mundo desconhecido, povoada de medos, de incertezas, de ousadia e de sonhos. O trem é um objeto técnico novo, passa pela terra antes ocupada pelos moradores tradicionais, como uma imagem recorrente. Os migrantes que hoje trabalham nas usinas de ferro-gusa provêm principalmente das áreas rurais.

O retrato dessa fronteira quase fluida foi objeto de um documentário intitulado *Fronteira Carajás*.<sup>5</sup> Ele descreve como o Programa Grande Carajás, e seu empreendimento-chefe, a mineração de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, se tornam centrais e dominantes nessa imensa fronteira. Os conflitos sociais eram latentes e violentos, mas obscurecidos pelas promessas de progresso que ressaltavam as crenças no desenvolvimento para toda a região. Agitações sociais surpreendentes acompanharam a exploração de uma das fontes mais ricas de minério de ferro do planeta. À medida que o minério era transformado, o mesmo acontece com a imaginação daqueles que vivem na linha férrea que transporta essa riqueza mineral. O arquivo imagético repassado no filme, com falas de atores locais, apontam para perspectivas e pontos de vista conflitantes que eles tinham, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. Açailândia era apontado como um exemplo do futuro, de desenvolvimento de vários polos: florestal, pecuário, mineral, agrícola, serviços. Esse futuro era visto no sentido da expansão da indústria side-

---

5 **Fronteira Carajás** aborda o crescimento rápido e desordenado das regiões atingidas por grandes projeto, no caso os projetos do Programa Grande Carajás, na região do sul do Pará e pré-Amazônia maranhense. O documentário aborda os problemas econômicos e humanos em sua diversidade. O filme foi o último trabalho do fotógrafo Chico Botelho. Ele passou em vários festivais, tendo conquistado: Melhor documentário, na Bahia. Melhor Fotografia e melhor som, em Brasília 1992.

rúrgica. O pequeno agricultor tenta criar novas formas de luta para garantir o uso da terra que também agora é cobiçada pelos enormes latifúndios, empresas madeireiras, indústria pecuária e as grandes empresas de mineração. Nesse meio, o trem é uma imagem que se dissipa e entremeia em vários espaços sociais, de trabalhadores rurais a trabalhadores urbanos. Ele transporta os sonhos da terra prometida, adentrando mais na fronteira. Ele é recorrente nos relatos dos migrantes, é um símbolo de rompimento com o tempo e o espaço da fronteira.

## **2. ESTAÇÃO DE TREM PIQUIÁ E O POVOADO PIQUIÁ DE BAIXO**

A cidade de Açailândia nasce de um acampamento, nas proximidades da cidade de Imperatriz, na época da construção da rodovia BR-010, mais conhecida como Rodovia Belém-Brasília, em 1958. O município de Açailândia foi desmembrado do município de Imperatriz em 6 de junho de 1981, e possuía em 2018, estimativamente, 111.757 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma área de planície da pré-Amazônia maranhense com floresta exuberante e muita disponibilidade de água. Tornou-se um ecossistema bastante alterado pela ação, desde então, do avanço do desmatamento pelas madeireiras, pecuaristas e empresas de mineração, e pelo uso intensivo de carvão vegetal, com a instalação das usinas de ferro-gusa no final dos anos 1980.

Atualmente, são cinco as indústrias siderúrgicas instaladas no Distrito Industrial do Pequiá para produzir ferro-gusa com a matéria-prima trazida do Projeto Ferro Carajás. A Estação do Pequiá é um ponto da Ferrovia Carajás, inaugurado em 1986, e recebe os comboios carregados de ferro. A exportação de ferro-gusa é a principal fonte de economia do município, além de uma aciaria e a fábrica de celulose Susano. Soma-se a isso ser Açailândia um entroncamento rodoviário e ferroviário, incluindo a Ferrovia



Norte-Sul, na junção Norte-Nordeste Sul do Brasil. Em função da instalação desses empreendimentos, o município de Açailândia teve, em 2016, o 4.º maior PIB do Estado do Maranhão.

Açailândia atraiu muitos migrantes durante e após a construção da Belém-Brasília, e inclusive pela riqueza de água, o fato é que a grande parte da floresta foi derrubada, é uma região devastada, degradada, saqueada, e a vista que predomina em muitos trechos das estradas é a de monoculturas de árvores alienígenas como o eucalipto, para produzir madeira, e algumas ilhas remanescente do que foi a floresta tropical da pré-Amazônia, e, assim mesmo, cobertos pela poeira fina e escura, do carvão e da mineração.

No Distrito Industrial de Piquiá, onde estão as usinas de ferro-gusa, o território começou a ser alterado com a chegada da Vale do Rio Doce e das guseiras a ela associadas, com o desmatamento para construção da obra, a compra de terrenos de moradores, pequenas fazendas dos arredores (CASTRO, 1993). Em 1984, foi instalada a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, do Grupo Queiroz Galvão, seguida da Viena Siderúrgica S/A. A elas se juntaram a Siderúrgica do Maranhão S/A – Simasa, Ferro Gusa do Maranhão Ltda./Fergumar, e Gusa Nordeste S/A, utilizando-se da água do riacho Piquiá, contaminado para o uso humano, necessário no processo de resfriamento dos alto-fornos que produzem liga ferro-gusa, componente importante na fabricação do aço.

Bem antes de ser decretado como área do Distrito Industrial de Açailândia (MA), o povoado de Piquiá de Baixo já existia, e lá moravam famílias, na maioria vindas da agricultura familiar dos municípios maranhenses próximos, do Piauí e de outros Estados do Nordeste. As moradas tinham quintas e se utilizavam da água abundante no riacho Piquiá, mas hoje ali se encontram as propriedades das empresas, quase coladas ao fundo de suas casas, como é o caso das empresas Viena Siderúrgica S/A e da Gusa Nordeste S/A.

Na área urbana, na cidade de Açailândia, dois espaços são denominados de Piquiá – Piquiá de Cima e Piquiá de Baixo –, e em ambos moram trabalhadores das usinas de ferro-gusa ali instaladas. Piquiá de Baixo é um pequeno povoado onde vivem cerca de 300 famílias, distantes 15 quilômetros do centro urbano. É nele que viviam os trabalhadores da usina Viena Siderúrgica que relatam suas condições de trabalho nesse artigo.

Os problemas fundiários atravessam toda essa região de fronteira no Noroeste maranhense e no Sudeste do Pará, nas áreas rurais, e as políticas nacionais de incentivos à grande empresa mineral, pecuária e agrícola tem resultados em conflito e aumento da violência no campo, empurrando famílias de pequenos produtores mais para frente, na fronteira dos conflitos, como ocorreu no entorno do Projeto Ferro Carajás, na Apa do Igarapé Azul, na orla da grande floresta que protege a exploração mineral da Vale, seu núcleo urbano e o parque de beneficiamento e granulagem do ferro.



Foto 1 – Filhos de Raimundo Nonato Gomes, agricultor familiar que estava, nos anos 1990, em conflito com a Vale do Rio Doce, por litígio de terra, mas que permaneciam em seus lotes, apesar de ter sido decretado suas terras como uma Área de Proteção Ambiental (Foto de Jorane Castro, arquivo Cabocla Filmes).

O quadro sanitário das famílias de Piquiá de Baixo é bastante precário, como mostram os relatos dos trabalhadores sobre os problemas respiratórios, as queimaduras tidas no processo de trabalho, os problemas de pele, contados nos relatos de 1990/1991 e reproduzidos neste artigo.

Hoje a situação se tornou mais precária. Poluído inicialmente pela queima da madeira para produzir carvão vegetal, hoje seus moradores convivem com pó de ferro lançado pelas siderúrgicas, a poeira, sedimentos cinza nos telhados e nas poucas árvores do povoado, problemas respiratórios e sobretudo falam dos incômodos devido o barulho que dificulta até o funcionamento das escolas. Em frente ao povoado e às casas dos moradores passa a Estrada de Ferro, e suas composições de trem. É visível a poeira de ferro nas folhas das árvores, nas casas e nos utensílios.

Os relatos de trabalhadores da Viena Siderúrgica se referem à salubridade dos seus lugares de moradia. Atualmente, as casas dos moradores dividem o seu terreno com as fábricas de ferro-gusa e, por isso, absorvem no seu dia a dia, a poluição por elas produzidas.

Observamos, em 1990, as crianças brincarem no terreno do povoado de Piquiá de Baixo, apenas separados por uma cerca de madeira, da bateria de fornos para fabricação de carvão vegetal vendidos às usinas de ferro-gusa. O povoado cresceu e a produção de carvão até se deslocou para áreas ainda com madeira nativa disponível ou fornecidas pelas florestas plantadas, o que, no início da produção de ferro-gusa, estes eram apenas experimentos e projetos em instalação, sob lideranças da Vale do Rio Doce.



Foto 2 – Estrada de Ferro Carajás, município de Açailândia, maio de 1991 (foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes)

Nos vagões dos trens, o carregamento de minério extraído pela Vale do Rio Doce nas minas de Carajás. De Parauapebas (Pará), passa pela Estação de Piquiá, e vai diretamente para o Porto de Itaqui, em São Luís (Maranhão), num percurso de 900 km, de onde ganha os navios graneleiros em direção ao mercado exterior, o que dá a Parauapebas um lugar principal na exportação de minérios do país, e com dinâmica crescente.<sup>6</sup>

---

6 Essa posição de vantagem econômica não é revertida para a sociedade local, a uma situação confortável de desenvolvimento dessa região que continua com índices de grande precariedade e pobreza. Na passagem do trem fica o barulho, o ruído das rodas e da buzina da composição com mais de 100 vagões carregados, dia e noite. Parte do minério fica em Piquiá para o uso na fabricação de ferro-gusa e ele é deslocado em grandes caminhões para as usinas, também produzindo incômodo os moradores, dia e noite.



Foto 3 – Fornos para produção de carvão vegetal, quase contíguos às casas de moradores em Piquiá de Baixo, para atender as usinas de ferro-gusa, junho de 1991 ((foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes).



Foto 4 – Bateria de fornos para produção de carvão vegetal, encontrados em várias municípios do Pará e do Maranhão, para atender as usinas siderúrgicas de ferro-gusa do Programa Grande Carajás, maio de 1991 (foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes).

### 3 - MEMÓRIA DO TRABALHO NA EMPRESA VIENA SIDERÚRGICA (MA)

Os relatos aqui recompostos são de trabalhadores da Usina Siderúrgica Viena, localizada no Distrito Industrial do Piquiá. Muitos trabalhadores moram nas duas vilas/bairros chamadas Piquiá de Cima e Piquiá de Baixo. Ao apresentar esses relatos sobre o trabalho, nossa intenção é repor as vivências de trabalhadores, e, pelas suas falas, podermos registrar acontecimentos, percepções, sentimentos, como fragmentos da história social. Para isso, fiz um recorte das entrevistas amareladas pelo tempo, ainda datilografadas e separadas por assunto, para o que contei com a colaboração de minhas bolsistas de Pibic, na época, Nair Gonzalez e Cristina Donza Cancela, hoje professoras universitárias, que me ajudaram inclusive a organizar o arquivo. Deste, retomei apenas uma pequena parte, um recorte que corresponde a trechos sobre o trabalho na fábrica, as diferenças internas entre operários e salários, a relação empresa X trabalhadores, o trabalho e a saúde e os riscos de acidentes e queimaduras.

Impossível não lembrar de relatos de tantas pesquisas feitas sobre o trabalho nas fábricas, no final do século XX (ANTUNES, 1999; LEITE, 1994; CASTELS, 1995; OFF, 1995; MATTOSO, 1995; CASTRO, 1995), e sobre o surgimento de vilas operárias nas suas proximidades, e também como muitos desses lugares acabavam tornando-se cortiços e favelas. A desigualdade social é ressaltada pelas condições de moradia e trabalho, e a história da indústria brasileira registra a imobilidade da força de trabalho pela moradia no modelo fabril (LEITE LOPES, 1987), incluindo, claro, a relação às formas de trabalho e à remuneração do trabalho. Passados quase 30 anos da realização da pesquisa, tive a oportunidade de voltar a Açailândia e fui visitar os dois povoados que se tornaram bairros, com as deficiências de serviços urbanos e as moradias precárias que fazem parte do desenho da desigualdade social no país.

O relato dos trabalhadores nos leva a refletir sobre o mundo do trabalho nessa usina que fabrica pelotas de ferro-gusa, uma liga mineral de múltiplos usos industriais, e que utiliza como matéria-prima o ferro e o carvão vegetal. Um operário da Viena Siderúrgica, Antônio Filho (Lula), se refere sobre a ordem de serviço que recebe do Encarregado do setor de mecânica:

É assim, quando a gente ficha ele passa a norma: olha você chegou aqui a sua obrigação é essa: é conferir os equipamentos antes de você começar o serviço, depois o que faltar você passa, se for problema do mecânico, você passa, se for seu, você mesmo resolve, aí você passa pro operador que tá liberado, se for problema de mecânica, você passa pra mim, encarregado, que eu passo pros mecânicos; tudo bem, aí, quando você chega lá, você já sabe, né? Os carros estão tudo assim naquela fila, né? Sai de um por um, verificando até o último, tá algum com algum problema, precisa de alguma coisa, se é minha parte, se é de lubrificação, vou lá e dou o grau, né? Se for serviço de mecânicos que estacionam na oficina, aí eles vão ver qual é o problema.

E se refere também às pequenas equipes de trabalho, às funções desempenhadas:

Aí tem várias equipes. Tem o negócio de forno lá que eu sou novato, então, eu não conheço muito bem é as “posição do forno” que chama assim, né? Eles que conhece. Eu sei que tem o forneiro que trabalha no forno, tem o que trabalha em descarga de carvão, tem o que trabalha em limpeza, tem um negócio lá de um silo onde fazem a classificação do carvão, tem outras funções.... Eu não conheço muito bem o maquinário, eu sou novato, então eu conheci, mas pouco. Quando chega assim

o trato é muito então, a gente tem que acostumar com o pessoal pra poder conhecer os equipamentos todos dessa parte do forno né? (José Ferreira Neto)

Quanto ao tempo de trabalho, se refere aos turnos, sua temporalidade, rodízio de turnos e os perigos implícitos nesse trabalho:

É, trabalho no turno, oito horas, são três turno por cada horário, como agora mesmo, amanhã vou pegar das 7h da manhã às 3h da tarde, aí já o outro pega das 3h da tarde às 11 da noite, aí já tem o outro que pega das 11h às 7 da manhã, de novo pra nós pegar, são três turnos, um sempre vai ficando de folga sabe, aí o nego trabalha 6 dias, aí seis dias folga dois, aí aquele que tá de folga já pega (...) porque, se entrar gás de mais, ele já vai continuar a cair, ele não esquentar a coroa, e o gás é perigoso também derruba a gente, como eu mesmo teve uma época aí que eu tava de chegar às 10 da noite, o último dia mesmo o gás me pegou lá em cima, foi o jeito eu parar no hospital, passei o dia todinho, cheguei quase 10 horas (Sr. Antônio).

As relações sociais dentro da empresa e a percepção que têm da diferença de tratamento da empresa em relação aos trabalhadores maranhenses e aos trabalhadores que vêm de Minas Gerais:

Dentro da empresa, no dia a dia, às vezes é difícil conversar com os colegas. É por que eles têm medo de repressão do pessoal, tá entendendo? Medo de repressão, o povo tem medo de perder o emprego. Você tá entendendo? Aí você sabe como é que é a região do Maranhão, né? Sou maranhense, nasci e me criei no Maranhão, mas o Maranhão é um lugar muito fraco. Então o sujeito tá



trabalhando lá, ganhando 2, 3 salário, ele acha que ali, se ele sair dali ele vai morrer de fome. Você tá entendendo? Então eles não conversam com o povo lá dentro, não explica nada porque ele tem medo que o patrão repreenda ele e dizer que vai lhe botar na rua. Porque eles dizem lá dentro é se você quiser trabalhar, trabalha, se você não quiser, se você não largar do Fulano de Tal, eu lhe mando embora e ponho outro porque aí na portaria tem tanto para fichar, a portaria tá cheia (Sr. Antônio).

O que é chamado área de produção corresponde ao coração do processo de trabalho. Na Viena Siderúrgica é onde estão o dois alto-fornos para produção de pelotas de ferro-gusa, de alta temperatura para fundição dos componentes minerais. Vários relatos concordam que o trabalho no alto-forno é o mais perigoso, pois é trabalho “na boca do forno” devido o extremo calor e o risco de explosões e de queimaduras. O Sr. Antônio explica como se monta a organização do trabalho nessa área e a diferença entre posições ocupadas por trabalhadores maranhenses e mineiros:

Olhe, tem o encarregado de turma, que é encarregado daquela turma, naquela hora, né? Tem o encarregado, tem o supervisor, e em cima do encarregado, tem o encarregado geral que manda nessa turma toda, que é o senhor Pardal, então ele já é uma excelente pessoa, particularmente é uma excelente pessoa, só lá no serviço também não dá moleza pra ninguém não, né? É uma excelente pessoa particularmente, é ele quem manda nos encarregados de um modo geral. Ele o encarregado geral. E tem o supervisor que tem o supervisor geral, o supervisor geral é o Crisipio. Então esses dois cidadão são mineiros, esses são os que mandam lá na área de produção (Joaquim Lopes dos Reis).

Eles relatam também seus sonhos, de sair ou de permanecer na firma, de criar um “comerciozinho”, sonhos de melhorar de vida, de trabalhadores que vêm, na maioria, de atividades de roça, na agricultura familiar, frente a um processo acelerado de expulsão da terra. Chegam nessa fronteira em busca de trabalho nas fazendas, nas empresas madeireiras e nas siderurgias. Um ex-trabalhador da Viena Siderúrgica se questiona se continua ou não como metalúrgico, e lembra a importância das greves de metalúrgicos no ABC paulista e dos ganhos na carreira. Considera ser muito diferente no Maranhão, onde o mesmo trabalho pode valer muito menos. Mas ele tem dúvidas. De um lado, a certeza de continuar com um emprego formal, de participar de uma corporação de trabalho, e mesmo um trabalho de metalúrgico, contribuindo ainda pelo fato de participar do Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos. No entanto, questiona a relação empresa X operários, as condições de trabalho, a segmentação interna da categoria, com base na sua experiência anterior nas firmas de siderurgia, ao ponto de se interrogar sobre as possibilidades de continuar a pertencer a essa categoria de metalúrgico:

Talvez eu possa até trabalhar em siderúrgica, mas não na Viena Siderúrgica. Na Viena Siderúrgica eu não pretendo trabalhar mais nunca, porque não gostei mesmo, tem outras siderúrgicas se implantando na região, né? Faz parte do Projeto Grande Carajás, e talvez... fiche muita gente, eu já estive lá, pra fichar... enquanto estava em fase de montagem da obra, né? Fui lá, conversei com o cidadão, ele disse (...), ele falou que quando a siderúrgica estivesse funcionando que eu procurasse ele, que todos os funcionários que tivesse saído da Viena ele pegava, porque ele preferia implantar siderúrgica na região com o povo da região, que ele não pretendia trazer ninguém de fora, pra funcionar a siderúrgica. Eu falei pra ele que quando fosse a fase de funcionamento

eu, quando o auto-forno começasse a funcionar, né? Eu procurava a siderúrgica. Talvez não sei se eu ainda seja um metalúrgico um dia, né, mas quem sabe, né? Mas na Viena não (Almir Ferreira Ceará).

Eu é outro rapaz que despacha o minério, não sabe ele despacha o minério cá e ele despacha lá o calcário e a sílica e a bauxita, e tem um outro fazendo a limpeza direto nas correias que cai muito minério fino, então ele fica fazendo a limpeza direto.

Então, durante as 8 h de trabalho, eu faço muitas cargas. É aí a base, eu faço, às vezes, uma base de umas 70 e poucas cargas, 75, 60, em cada horário. E mando para cima, para o alto-forno. Cada fornada é nós que enche, aqui de baixo. Aí, de lá, é o processo de fabricar o gusa, lá m cima.



Foto 5 – Alto-forno em funcionamento no processo siderúrgico, na Viena Siderúrgica, em maio de 1991 (foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes).

Lembram ainda, nos relatos, o ambiente pouco saudável pela emissão de gases, calor e fatores de risco e de desgastes para além do trabalho propriamente dito:

É eu comecei daí, na Viena, vim e fiquei, eu iniciei pela Viena, eu subi lá, comecei de baixo e estou nela até hoje. Eu só me senti mal uma vez foi, lá tem um tipo, é o gás, o gás (...) então eu fui arrumar um chuveiro e aí eu senti assim meio tonto, aí eu fui com a enfermeira tomei injeção e voltei a me deitar lá e passou, entendeu? Uma vez só. É, o carvão tem gás, então, é o seguinte, tem partes que tem gás, e quando está saindo um pouco de gás, você pega um fósforo assim e acende o fogo, que é pra acabar com o gás, o fogo fica aceso direto, então é o seguinte, se o fogo apagar, aí fica saindo aquela fumaça pouquinho sabe, aquele gászinho, se você cheirar ele, você se sente mal, sente um pouco de dor de cabeça e meio tonto, então, é o seguinte, tem que largar e subi pra tomar injeção pra melhorar, né? É, o gás na descarga do carvão, não tem. A descarga do carvão... descarrega o carvão do caminhão onde ele chega, mas eu nunca trabalhei nele. Tem gás no forno mesmo, é dentro do forno, do forno, o gás, então, é o seguinte, então a ventaneira ela é redonda assim, quando ela tá vazando, entendeu? Ele tem que ficar todo tempo com um fogo aceso, assim, pra queimar o gás que vai saindo, sabe de dentro do forno, se o forno apagar entendeu, se apagar qualquer coisa assim, então fica vazando gás, fica vazando é pouquinho mas vaza, então (...).

Quanto à percepção que tem de ser metalúrgico, ser encarregado de turno ou encarregado de forno, e diferença salarial entre trabalhadores maranhenses e mineiros, e a vontade de

continuar como metalúrgico na mesma firma, a conversa a seguir revela alguns aspectos do interior do trabalho na fábrica:

Gosto muito de ser metalúrgico, que eu vejo muitas pessoa que sobem, começarem ignorante que nem eu, da parte de limpeza, né? Então hoje tão bem, são fiscais, encarregados.

Mas penso continuar como metalúrgico. Penso sim, muitos e muitos anos. Eu penso assim se eu sair da Viena, mas é pra trabalhar em outra, sabe? Na outra empresa, na outra fábrica mesmo de ferro-gusa, porque ali é um serviço fixo, nos outros serviços, nas outras empresas não, quando, às vez, na época que a gente mais precisa do emprego, é a época que ela manda a pessoa embora, que é o inverno, no inverno é que a pessoa mais precisa do emprego, porque para todo o serviço manual, para tudo, ela faz aquela revolução, manda o povo todo embora e na usina não sendo a pessoa, não dando nó cego pra sair mesmo, 20, 30 anos, aposenta mesmo, como agora mesmo aposentou um dos encarregados que trabalhava aí comigo, o Barroso, mas esse aposentou-se (...), porque aposentado veio de Minas, fichou na Pindaré, tava agora aqui na Viena, aí se aposentou aqui pela Viena, aí já não podia mais trabalhar aqui com ela, depois veio, fichou na Pindaré, tá aí de novo fichado, ganha pelo aposento e o salário dele de novo (José Ferreira Neto).

Perguntado o que pretende fazer agora, que é encarregado, e se ser encarregado garantia ganhar bem,

Agora não tem mais jeito de subir mais que encarregado, não. Penso continuar como encarregado, se eu sair daqui, procurar outra siderurgia, tem que ser como

encarregado, porque na carteira tá, tanto usando eu de encarregado, ele não pode chegar lá, rebaixar a posição dele, como chegar e fichar como ajudante forneiro.

É, um encarregado de turno não ganha tão bem, né? Mas um encarregado de forno, praticamente fiscal, eles ganha muito bem, é... também tem alguns amigos mineiro que a gente conhece, que ganha bem. Não que a gente ser mineiro a gente ganha bem, mas também se a gente é encarregado e sendo bom, a gente também ganha bem.

Mas distingue a diferença salarial entre encarregados. Aquele de origem maranhense diz não ganhar o mesmo que aquele de origem mineira, relatando:

Ganha assim, quem é encarregado de turno ganha o mesmo, agora quem é encarregado de alto-forno mesmo, não ganha, o encarregado maranhense não ganha igualmente que o mineiro. Acho que praticamente porque a firma toda seja mineira, né? Acho que é isso.

A entrevista com Antônio Mendes (Forneiro), que tinha 31 anos por ocasião da entrevista em 9/11/90, nos dá detalhes de sua experiência de trabalho antes de ser empregado na Usina Siderúrgica Viena e, dentro dela, o seu processo interno de trabalho:

... eu tô morando agora aqui no Piquiá, mas minha cidade mesmo é em Sta. Rita, lá perto de São Luís, que também é no Maranhão, aqui também é, mas eu tô morando aqui, talvez eu não vou sair daqui, eu vá passar muito tempo aqui, porque trabalho empregado aqui na localidade (Antônio Mendes).

Ao ser perguntado se podia descrever como iniciou sua trajetória de trabalho, por que trabalhos passou antes de chegar a trabalhar na Viena Siderúrgica, ele, ao responder, mostra uma mobilidade espacial que tem a ver com a vida de muitos na fronteira, como “peão de trecho”, pois se deslocam de acordo com as informações que recebem sobre o mercado de trabalho:

É, para começar, a primeira firma que eu trabalhei, eu trabalhei de ajudante de montagem, e eu tinha uma faixa de 20 anos, que tava com um ano que eu tinha tirado os meu primeiros documentos. Eu fichei, ainda não tinha nem a identidade, nem o meu Certificado em mão, do Certificado tinha só o comprovante. Mas, antes era, antes de eu me empregar a primeira vez era em roça. Era com meus pais mesmo, minha mãe, que pai mesmo eu não conheço. Foi lá onde eu vivia, em Santa Rita. Trabalho de roça com a minha mãe. Depois eu comecei a tirar os documentos, aí a primeira firma eu trabalhei foi em B2, lá na cidadezinha de Codó, aí, de lá pra cá, passei uns oito mês lá, de lá eu saí fichei na Rodominas, lá em São Luís, de lá passei um ano, saí da Rodominas, trabalhei na Queiroz Galvão, na cidade de São Pedro D'Água Branca, passei um ano e três mês também, aí saí, novamente fichei na SBE (Sociedade Brasileira de Eletrificação), fui pro Rio Grande do Sul, passei dois mês lá e vim. Lá no Rio Grande do Sul, eu trabalhei em montagem de linha de transmissão, voltei pra casa, passei seis mês em casa parado, voltei novamente pro Rio Grande do Sul, trabalhei na mesma empresa, na SBE (Sociedade Brasileira de Eletrificação), aí voltei novamente pro Rio Grande do Sul, se torna em duas vez que eu voltei pra lá, aí, da segunda vez, eu passei um ano, trabalhando de montagem de linha de transmissão, aí com um ano que eu tava no Rio Grande do Sul, terminou a obra, eu vol-

tei pra casa de novo. Aí eu fichei novamente na Rodominas, aqui mesmo na cidade de Piquiá. Aí passei seis mês, saí da Rodominas, aí dessa vez eu tive que rodar um bocado, andei muito pra poder fichar aqui. Essa fichação daqui foi muito sofrimento, meu, foi, que eu saí de casa o dinheiro que eu tinha em casa era mil cruzeiros, deixei pra essa mulher, ela não tava aqui ainda, ela tava lá na minha cidade.

É. Aí o dinheiro que eu tinha em casa era mil cruzeiros, mas não é desse mil cruzeiros que tá rodando hoje, não. É daquele que não compra mais nem uma balinha. Aí deixei pra ela. Aí saí, sem nada no bolso, pegando carona no ônibus que vinha pra Imperatriz, da empresa da Rodominas, só que eu já não tava trabalhando nela, eu já peguei uma carona de lá pra cá. Aí, dela era pra eu fichar novamente na Rodominas, cheguei não tinha vaga. Aí fui pro Trecho Seco, sem dinheiro, sem nada, de carona, do Trecho Seco voltei, cheguei no Trecho Seco não tinha firma nenhuma fichando, voltei pra um lugarzinho chamado Simaúma, não tinha firma nenhuma fichando, voltei pra Imperatriz. Imperatriz peguei uma carona pra cá, Açailândia. Isso assim sem merendar, sem almoçar, sem jantar, sem nada, porque não tinha dinheiro, coisa pra gente achar uma pessoa pra dar um prato de comida pra gente, é coisa mais difícil que tem no mundo (Joaquim Lopes dos Reis).

O relato sobre o trabalho na Siderúrgica começa mostrando como ter cesso a um emprego formal, como obteve as informações sobre as empresas contratantes, e as possibilidades de ingresso na Viena Siderúrgica, na cidade de Açailândia, localizada ali justamente com as possibilidades de infraestrutura de transporte, no caso, a Ferrovia Ferro Carajás, para escoamento do gusa via São Luís, e a existência da floresta



amazônica que as firmas viam como possibilidade vantajosa para produzir carvão vegetal. Efetivamente houve uma pressão sobre a floresta, com aumento do desmatamento via serrarias de madeira, avanço da pecuária e produção de carvão. As viagens da estrada permitiam ver e fotografar as baterias de fornos “rabo quente”, símbolos de uma negação do ideário e das crenças no desenvolvimento e no progresso.

A Viana sempre fichou, né? Quase todos os dias ela ficha, e aí eu tava precisando e fui lá na portaria e fiquei de auxiliar de produção pra limpeza... Eu já sabia que a Viana fichava, né? Aí o povo dizia: “Ah, a Viana tá fichando! A Viana tá fichando!” Eu tava precisando, fui lá e fiquei. A Viana é muito falada na região.

O pessoal falava que lá era bom de trabalhar. Muita gente falava que era bom, muita gente falava que era ruim. O serviço siderúrgico era muito ruim. Eu realmente, nunca tinha visto esse serviço na minha vida. Já tinha ouvido falar, né? Mas eu nunca tinha visto de perto. Pelas informações do povo, eu já sabia mais ou menos, o que era o trabalho, agora só que eu nunca tinha trabalhado, que nunca tinha visto, só a conversa do povo, né? E aí eu fiquei e fui ver de perto como era o serviço, né? Fiquei, comecei a trabalhar. Pra entrar, exigiram todos os documentos. É, certidão de casamento, título, carteira profissional, identidade, CPF, atestado de saúde, retratos. O atestado de saúde foi tirado em Açailândia, no hospital Jerusalém.

Perguntado sobre o que fazia o auxiliar de produção, ele responde mostrando que os trabalhadores passam por várias funções para aprender em serviços e assim ter pessoal disponível para assumir um posto quando na falta de um dos trabalhadores. E diz:

O auxiliar de produção que ficha para o alto-forno, ele tem que passar alguns tempos na limpeza, né? Trabalhando na limpeza do alto-forno e de rodeio. E quando eu trabalhei na limpeza foi aproximadamente uns 15 dias. E aí eu passei para trabalhar na roda do alto-forno, né? Que é onde derretemos os ferros, vira fogo, derretemos os ferros naquelas caçambinhas. Foi onde eu trabalhei... quando a gente trabalhava na roda fazia todo o serviço, né? Aí quando eu já tava mais prático, eu trabalhei alguns dias no lingotamento, aprendendo, e daí já sabia lingotar muito bem, né? Quando faltava alguns lingotador, eu lingotava, um outro lingotava, porque todo mundo pra desenvolver, todo mundo fazia, trocava o serviço um do outro, pra que o outro aprendesse o serviço do outro, e aí eu trabalhei na roda aproximadamente uns quatro meses. E aí eu passei a trabalhar na boca de forno, como auxiliar de forneiro, foi onde eu trabalhei uns quatro meses mais ou menos.

Identifica-se, na narrativa, algumas diferenciações entre trabalhadores que interfere nos salários pagos, nas gratificações e na qualidade do que é servido como almoço. Essa distinção está relacionada às categorias de trabalhadores que aparecem no relato como o trabalho na limpeza e trabalho no forno, trabalhadores de baixo e trabalhadores de cima:

Tem tarefas que nós tinha que fazer na limpeza, onde eu trabalhei 15 dias, que é aquele serviço onde derrama a escória, que o serviço do pessoal da limpeza é esse, trabalhava de baixo da plataforma do forno e onde a escória caía e a gente tinha de limpar... depois dela secar, depois dela secar, e aí é que o encarregado da limpeza bota a gente pra limpar, tem que varrer aquilo tudo ali, juntar num carrinho de mão, jogar lá

fora. É, pega com a pá, põe no carrinho e joga lá fora.... a gente joga no lugar da máquina pegar. Lá aonde caiu a escória é que a máquina pega pra jogar fora. Arma-zenar pra um outro local, né?

É quente realmente, mas não é fervendo. Nessas altu-  
ras a escória ela já tá mais ou menos, ela já endureceu e tá no ponto da gente pegar, né?

### Sobre uso de proteção informa:

A gente usa cinta, luva, capacete e uma farda, né? Um uni-  
forme. Com 15 dias a gente pegava uma outra farda. E, onde eles diziam o seguinte: que essa farda, esse unifor-  
me ele... Se agente saísse num período de 90 dias, antes de  
vencer a experiência de 90 dias – se saísse, pagava a farda  
e se saísse depois de 90 dias não pagava. E aí tinha uma  
data certa pra gente renovar as fardas, né?

É importante também limpeza embaixo do rodeio, por-  
que aquilo acumule muito sujo (...) que a área é muito po-  
luída. Então aquele pó, aquela poeira, aquele negócio cai  
ali e vai acumulando, né? Que cai do ferro e muitas outras  
coisas. Eu acredito que pra que eles não deixem virar uma  
nojeira, né? Aí tem o povo pra fazer a limpeza (...)

## **4 – TRABALHO, SOFRIMENTO E PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE NOS RELATOS DOS TRABALHADORES**

O pessoal fica ali embaixo, na hora em que está abrindo o  
forno, e sai faísca pra lá pro meio do....

Realmente aquela faísca, ela queima um pouco, eu mes-  
mo me queimei várias vezes. E alguns outros compa-  
nheiros se queimaram, que quando eles estão, quando o

forno tá zangado, voa muita faísca longe, e aquela faísca, onde ela bate na farda, ela queima, e, inclusive eu quando trabalhava ali, tinha... dois amigos meu que caíram cisco no olho e inclusive um cegou do olho. Esse ainda hoje tem problema na empresa, não sei o que já resolveram. (Ed – Cegou mesmo?) (...) A faísca que caiu dentro do olho dele queimou assim, grudou nisso, assim, do olho. Levaram ele pra Açailândia, o médico olhou o olho dele, mandou ele voltar numa data determinada. E quando sarou o olho, o médico falou pra ele, ele mesmo falou pra mim, que o médico tinha falado pra ele que era cego de nascença. E aí, eles nunca deram uma data determinada pra que ele voltasse a trabalhar de novo, e aí ele ficou indo lá e eles dizendo que iam mandar ele pra Terezina, mandar ele não sei pra onde, e nunca mandaram ele pra lugar nenhum. E como também nunca mandaram ele embora. Todo mês ele vai e recebe um salarinho, assim ele me disse, que todo mês ele vai e recebe um salarinho. Esse rapaz, o nome dele é Zé Antonio, ele mora no Piquiá de Baixo, e há umas duas semanas que eu não vejo ele, que não converso com ele, mas ele me falou que a Viena nunca decidiu nada com ele, nunca mais mandou ele no médico... tá à toa... Vai lá e recebe um dinheirinho, mas não trabalha. Também não demitiram ele, não levaram ele pra Terezina, não levaram nada.

A empresa tem um médico que vai 8 horas do dia e sai 10 horas, e uma enfermeira. Mas não tem medicamento de maneira alguma. Eu digo isso porque tenho certeza, foi onde eu trabalhei, me queimei várias vezes, me senti mal algumas vezes no setor de trabalho, fui lá na enfermaria e cheguei lá, o remédio que eles dão é um comprimido de Anador; tanto faz você tá com dor de cabeça, como você tá queimado, como você ter pegado uma pancada, você ter se sentido mal, o comprimido é um Anador.. (N

- Que que você sentiu?) Quando agente se sente mal lá na boca do forno, o remédio que ele dão lá é o soro caseiro, um saquinho de geladinho com um pouquinho de açúcar e um pouquinho d'água. Você derrama, bota um pouquinho de água dentro, sacode e bebe. É o remédio que agente toma na boca do forno, pra todo mundo, de um modo geral, é esse. Isso não é inverdade, pode conversar com qualquer uma outra pessoa que trabalhou na boca do forno (José Ferreira Neto).



Foto 6 – José Ferreira Neto, forneiro que sofreu um acidente com a explosão em um alto-forno, na Viena Siderúrgica, com queimaduras em grande extensão do corpo, em sua casa, em Piquiá de Baixo, em 1991 (foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes).

Olha, o que agente sentia, principalmente quando eu subi pra boca do forno, era queimaduras que lá é mui-

to quente, todo lugar que você se encostar você queima. Eu ainda tenho grande cicatrizes aqui, olha, foram queimaduras. Talvez por aqui ainda tenha mais (...) Aí é muito quente lá, a poluição é muito grande, aquela poeira, aquela coisa. E agente fica da cor que se agente tivesse rolado dentro de um carvão com muita poeira, você tá entendendo? E aquela quentura muito grande você tem dor de cabeça, tem muito gás, ali escapa gás por todos os lados, e aquele gás prejudica, não só uma pessoa como a todos. É. Escapa muito gás, e aquele gás é que causa dor de cabeça. Já vi muita gente sair desmaiado de lá. Aquele gás (...) e a pessoa se sente muito mal, sente dor de cabeça. E quando sente dor de cabeça, eles dizem: “eu vou pegar um remédio pra ti”, aí corre lá, na salinha de segurança, aí pega um saquinho de geladim, um pouquinho de água dentro, um pouquinho de açúcar e sal, sacode e dá pra tomá.

Ou menos esse tamanho aqui, abaixo do joelho. Mas eu fui trabalhar com um rapaz e nós fomos puxar escória que tinha desmanchado na boca do forno, aí nós puxamos o ferro descolou de lá e bateu no avental e caiu aqui dentro da bota, queimou a perna da calça aqui e caiu dentro da bota. Quando eu tirei a bota – foi mais nos dois pés – quando tirei já tinha queimado muito, aí nisso aqui eu não podia encostar a bota, isso aqui inchou, foi uma grande queimadura, pegou aqui em cima, pegou aqui assim, queimou muito não só aí como agente ainda vê cicatriz em outros lugares. Olha. Isso aqui foi queimadura que eu levei lá. E aí eu falei com o rapaz, o nosso encarregado, eu disse pra ele: “Olha, procura um homem pra trabalhar na roda, que eu não posso trabalhar aí, que eu não vou trabalhar descalço.” “Não, tudo bem, tu vai pro lingotamento no lugar do seu Zé, e seu Zé vem pra cá.” Aí falou: “vai ao

médico.” Eu fui ao médico, cheguei lá, o médico olhou e disse: “– Aha! Isso aí não é coisa grave, não e tal...” Aí eu disse: “– Doutor, que queria que o senhor passasse um remédio.” E ele disse: “– Ah! A empresa não tem remédio, não podemos dá remédio que não tem. Você vem só e faz um curativo nele aí pronto”. A enfermeira pegou, limpou, olhou, passou um remédio... Mertiolate, né?... Não, não mercúrio mesmo, que é aquele que não queima, né? Porque diz que não pode passar um outro remédio, que em queimadura só se passa isso... Não passou nada. Mandou que eu fosse fazer um curativo todos os dias, e daí... Não deu licença, não deu licença nesse período. Aí eu fiquei no serviço, porque quando agente perde um dia, eles cortam três, quatro daquela pessoa. Então eu falei: “– Olha rapaz, eu vou ficar trabalhando porque eu preciso do trabalho e o médico não deu atestado”, porque ele não dava atestado. Dizendo ele que era pouca coisa. Aí, o ferimento foi se alongando, a queimadura se alongando, e eu ia ao serviço todos os dias, trabalhei um mês e tanto no lingotamento. Aí eles acharam que eu tava com manha. Aí eu fui no médico de novo disse: “– Ah! Isso tá bom, mete o pé na bota e vai trabalhar, isso aí não é coisa grave não.” “– Mas doutor, eu não posso, o meu pé tá inchado, eu não posso, o meu pé não cabe dentro da bota”. “– Ah, então você se vira lá com o seu encarregado.” Aí fui falar lá com o encarregado e ele falou: “– Não, você fica no lingotamento até você melhorar.” Mas eu trabalhando todos os dias sem tomar remédio, sem nada, e aí a queimadura foi apiorando, apiorando, apiorando, até que chegou ao ponto de ficar muito grave. Aí, quando eu trabalhava no lingotamento, era sentado com o pé baixo, de manhã, no final do serviço meu pé tava muito inchado. Aí o pessoal da boca,

né? Na boca do forno, eles acharam que eu não tava indo pra lá era com preguiça. Que onde, muita gente disse: “– Rapaz, se fosse eu, nem trabalhava, se fosse eu não trabalhava.” Foi onde eu disse: “– Não rapaz, vou trabalhar porque eu tou precisando...” Aí, então, chegou um dia de ele me mandar. Aí eu disse: “– Rapaz eu não posso ir, porque eu não vou trabalhar na boca do forno descalço e eu não posso calçar bota!” Então, falaram pra mim que eu tava era com preguiça, que eu tava com manha. Falei: “– Tá bom, você tá achando que eu tô com manha, que eu tô com preguiça, mas eu não vou que eu sei que eu tô sentindo.” Aí, quando eu entrei lá eu pesava 70 quilos, nessa época eu tava pesando 55 quilos. É, não me dei muito bem no serviço, a poluição é demais, a quentura é demais, o tratamento é péssimo. O sujeito não tem comida que preste, não tem merenda que preste, leite, é... Se eles disseram isso lá pra vocês, tão mentindo, você tá entendendo? Eles não podem me dizer isso, que eles tratam lá os funcionários com leite. Leite tem realmente, mas é aqui em cima na cantina, mas é pro pessoal do escritório, encarregado de segurança, nem guarda, lá, não bebe leite. O povinho aqui de cima, o povinho da panela, todos eles bebem leite na hora do café, aqui em cima, mas se disser que eles merendam leite lá embaixo, eles não podem dizer isso que tão mentindo, você tá entendendo? Que não existiu isso e até hoje não existe, que eu saí da empresa, mas eu tou ligado com os companheiros que trabalham lá. Converso com eles diariamente, e lá nunca existiu isso.

A memória atualiza os acontecimentos, e os trabalhadores faziam, naquela época, de forma recorrente, referências ao lanche do turno da noite. Talvez a empresa tenha muda-



do suas práticas extremamente autoritárias, nas relações de trabalho, mas o registro capta o momento, os sentidos e os sentimentos também:

Até a gente devia tomar leite. É, leite lá não! E até proibiram falar, biscoito lá nunca saiu. A merenda que sai, quando agente tá trabalhando à noite, é suco, feito lá de qualquer jeito. É *Tang*, mas é mal feito, tá entendendo? É uma garrafa que vai pra 20 a 30 pessoas. É. Um pão. Uma garrafa de cinco litros que vai pra 20 ou 30 pessoas (...) com um pão pra cada um, um pão completo, pão duro, pão de qualquer jeito. Lá, de qualquer jeito é comida. Com manteiga dentro, mas é só pra dizer que passaram, tem vez que vai com manteiga, tem vez que não vai. A merenda é essa. E o almoço pra quem come aqui na mesa, é mais ou menos. O almoço geralmente é feijão, carne, arroz, farofa, salada de verdura... O almoço aqui em cima até que não é muito mau não. Mas lá embaixo vai aquelas marmitas, aquelas marmitinhas de alumínio, um pouquinho de feijão, um pouquinho de arroz, um pedaço de carne pra cada um que faz vergonha agente comer. Muita das vezes vai frio lá pra baixo, que a gente não tem nem apetite de comer. O tratamento lá deve ser bom pra alguém, mas pra mim não foi não.

## **5 – QUEIMADURAS, SUCATAS E CAÇAMBAS**

O trabalho na área de baixo, embaixo do forno, do rodeio, não é um trabalho simples. A empresa, quando contrata, diz que é um trabalho de auxiliar de limpeza. Segundo o relato dos trabalhadores, ela diria “não, isso é só limpeza”. Ma eles mesmos retrucam afirmando interrogativamente: “Não é só limpeza,

né? Pelas narrativas é um trabalho que implica em perigo, exige que se tenha conhecimentos para evitar acidentes de trabalho que são iminentes pelas características do processo de trabalho e da falta de uma engenharia da segurança que tenha eficácia. Exige conhecimentos que são minimizados ao considerar que é um trabalho fácil e qualquer pessoa pode chegar lá e fazer o serviço. No rodeio, há perigo de queimaduras com as chamas, as faíscas. E também tem a sucata que é organizada e deslocada de um lugar para outro, pelos mesmos trabalhadores.

Aquela sucata é aproveitada, segundo eles me disseram, que aquela sucata é aproveitada. Porque aquela sucata, ela quando aquece, tá no controle. (...) é um panelão, né? Que o ferro escorre da panela pra cair, para encher, né? Aquilo sempre escapa ferro, aí vai lá, num determinado lugar que é onde acumula aquela sucata. Aí tem de ter uma pessoa, quer dizer, em todos os momentos, todas as horas, lá, puxando aquela sucata grande, que é de ferro, ela fica vermelha, a gente puxa com um gancho de ferro, tira ela prá li, aí, quando ela esfria, a gente pega ela, ou quando esfria ou mesmo quente, costuma-se botar ela quente, bota numa caçamba, numa caçambinha que tem lá embaixo, e aquela caçambinha fica ali. Toda vez que a gente tira ela de lá, é de obrigação botar de volta, deixar ali e outra aqui. Uma outra pessoa quando numa outra corrida, vai puxar aquela sucata; quando aquela outra pessoa vai, é para entrar ali, aí ela faz o mesmo serviço que o outro fez, ou seja, puxa pro lado aquela sucata quente, quando a gente tá a sucata tá pingando em cima de outra que tem lá, ela pinga e aquela faísca voa. Aonde ela pegar no cidadão, ela queima.

Se a pessoa nunca viu como fazer, e a firma não dá explicação, ela não pode fazer aquilo que ela se queima,

inclusive, lá nessa sucata, é que o cidadão José Antônio, que eu lhe falei agora pouco, cegou do olho. Que aquela faísca bateu, ele tava sem óculos, sem avental... Agente trabalhava com óculos, na época em que eu trabalhei não existia óculos na empresa, na época em que eu trabalhei lá embaixo, né? Puxando sucata não existia óculos, existia avental, perneira, e capacete. Mas só pro pessoal da banda do forno. Daí foi que começou em alguns turnos cegar algumas pessoas, queimar o rosto de algumas pessoas, aí foi que eles providenciaram óculos, mas não pra todo mundo. Tem que conhecer alguma coisa, porque quando aquela sucata tá pingando, a gente não pode chegar muito perto que ela queima, é arriscado levantar de uma vez e ela derramar e queimar o cidadão (...)



Foto 7 – Almir Ferreira (Ceará) – presidente do Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de Açailândia e Imperatriz, operário na Viena Siderúrgica, em sua casa, em Piquiá de Baixo, em junho de 1991 (foto extraída do Filme *Fronteira Carajás*, Direção de Edna Castro, direção de Fotografia de Chico Botelho, arquivo Cabocla Filmes).

## 5 - TRABALHO, TRABALHADORES E ESTRATÉGIAS COLONIAIS DAS EMPRESAS

Em outros trabalhos faço referência a certas dimensões que permeiam de forma estrutural as relações sociais e as relações de trabalho, no Brasil, como a da lógica colonial (CASTRO, 2010; 2019). Pelos relatos dos operários, se observa de forma nítida a tensão contida nas relações de trabalho ao interior da empresa. Eles narram as diferenças internas de tratamento dispensados aos trabalhadores, segundo o posto de trabalho (trabalho em cima e trabalho embaixo), a origem deles e a relevância da função de cada um em relação ao processo produtivo. A essas *crivagens* correspondem os salários e as remunerações de funções, de chefia, caso dos vários níveis de encarregados.

A exploração mineral no Brasil se caracteriza pela ocupação de novas zonas de fronteira minerária, e o Programa Grande Carajás foi a estratégia maior definida para o avanço da fronteira de mercado. As práticas que acompanham as políticas de desenvolvimento são marcadas pela violência, imperativas, autoritárias e monolíticas. Justamente por serem processos que alteram o uso da terra com deslocamentos forçados de populações no campo e também de pequenas cidades. Os grandes empreendidos se incrustam nos territórios já ocupados, mas funcionam com lógica e práticas privadas. Têm o poder de influenciar a formulação e a aprovação de dispositivos legais que favoreçam seus interesses sobre o território. Procedimentos ilegais, para minimizar os custos ambientais, fazem parte de práticas adotadas por empresas sediadas na Amazônia, nas quais se tem observado vários tipos de impactos sobre as comunidades locais: 1 – os conflitos sociais, étnicos e ambientais; 2 – a desestruturação da economia familiar; 3 – restrições impostas a diferentes formas de trabalho de populações em regiões como a Amazônia, e observadas igualmente na Patagônia

chilena, nos Andes colombianos e em regiões amazônicas com floresta tropical de inúmeros países sul-americanos; 4 – redução do emprego nos canteiros de obras; 5 – desaparecimento de recursos naturais essenciais à construção dos instrumentos de trabalho; 6 – perda de biodiversidade e de recursos utilizados no sistema de saúde tradicional.

Essa lógica perdura, portanto, e assume, de fato, a feição de uma relação colonial entre regiões brasileiras que se alimenta de um ideário de progresso. A Amazônia é percebida como uma “colônia”, um espaço vazio a ser ocupado pelos “bandeirantes”, civilizadores, um território portanto a ser domado, dominado e aberto para ser explorado com as ferramentas da civilização moderna. A própria ideia de “bandeirantes” institui uma legitimidade à violência da conquista, ainda que na contra-face seja um personagem imaginário.

Do discurso de Getúlio Vargas, no meio do rio Amazonas, aos dias atuais, em que é verbalizado de forma explícita a primazia do mercado sobre as terras, os recursos e os povos dessa região, esconde a História e, por isso, se tornam mais fortes as evidências do pensamento colonial. Este está entranhado nos sentidos das políticas desenvolvimentistas preconizadas pelo Estado, justamente porque impregnado no imaginário da sociedade brasileira. Relatos de moradores, em diferentes lugares da Amazônia, evocam essa relação de autoridade como marca de empresas que chegam impulsionadas pelos programas desenvolvimentistas (RIBEIRO, 1897). Efetivamente, nacionalismo e desenvolvimentismo são bandeiras que atravessam os governos brasileiros dos anos 1930 aos 1960 por meio de suas políticas. Estende-se de Vargas do Estado Novo, com seus discursos sobre progresso e modernização, à Juscelino Kubitschek, neste caso com os marcos desenvolvimentistas que balizaram a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília. Mas esse ideário está presente nos atuais governos e pode ser lido nas suas macro-políticas para a Amazônia.

O avanço para novas fronteiras sempre foi um episódio da expansão da civilização capitalista, verificado nas Américas, começando pelas margens do Atlântico e do Pacífico, e adentrando seu território. O presidente Juscelino Kubitschek, ao retomar o discurso da Marcha para o Oeste aplicou-se a aventura de abrir na selva uma estrada de mais de 2.000 km, ligando a nova capital, ainda inexistente, à cidade de Belém. A construção de Brasília tem o sentido de esquadriñar, primeiramente, a ocupação do Centro-Oeste do país, localizando sua capital praticamente equidistante de todos os pontos extremos do país, de norte a sul, de leste a oeste. E, em segundo lugar, a abertura de uma estrada que demarcaria a integração definitiva do Norte ao mercado nacional. Essa perspectiva continuaria nos governos militares pós-1964, com a construção dos grandes eixos rodoviários: Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Manaus-Porto Velho (BR-396). Fecharia, assim, o desenho de grandes eixos de norte a sul e de leste a oeste. A mesma matriz discursiva do progresso pela ocupação de terras novas em direção ao norte/oeste, ligando os Estados do Sul e Sudeste com o Centro e Norte do país, é encontrada em diferentes programas governamentais. Assim, a partir dos anos 1970, o avanço sobre novas terras, com as frentes pioneiras na marcha com a bandeira e o ideário como crença na integração.

Outros grandes programas governamentais, como a Expedição Roncador-Xingu (1943), o Programa Rondon, o Programa de Integração Nacional/PIN (1970), o Programa Polamazônia e o Programa Polonoeste, o Programa Grande Carajás, o Programa de Polos de Desenvolvimento, todos eles, com exceção dos dois primeiros, estiveram associados ao apoio financeiro dos Incentivos Fiscais destinados aos empresários de setores produtivos como a pecuária, a agricultura, a madeira e a mineração. A floresta permanece um desafio, um lugar para ser domesticado, vencido pela civilização. Está aí

a base da ideia de um “vazio demográfico” a preencher, necessariamente, imperativamente. A Amazônia brasileira foi concebida, no seio das elites nacionais, como fronteira de recursos, e vazio demográfico, na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponibilizados.

Essa percepção ignora as formas de organização (social, política, econômica e étnica) e os saberes sobre a vida humana e o ambiente, muito comum no meio técnico da engenharia empresarial focada obsessivamente no potencial econômico dos recursos naturais. O ideário de civilização que mobilizou o Ocidente alguns séculos atrás e impulsionou a colonização europeia nas Américas é atualizado (CASTRO, 2015; 2019), a nosso ver, continuamente, pois as matrizes conceituais e ideológicas do evolucionismo e do colonialismo perduram no inconsciente ocidental e formadores do imaginário social das elites.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

CASTEL, R. 1995. *La métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Ed. Fayard.

CASTRO, E. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, E. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Editora Annabume, 2019, p. 35-62.

CASTRO, E. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. *Perfiles Económicos*. Valparaíso, Chile, nº 5, Julio 2018, p. 35-76. Dispo-

nível em: <https://revistas.uv.cl/index.php/Perfiles/article/download/.../1297>.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. de. *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: UFPA, 2015.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (orgs.) *Amazônia. Região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010, v. 1, p. 105-122.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Salvador. *Cadernos do CRH* (Dossiê Amazônia, Fronteiras e Poder), UFBA, v. 25, nº 46, p. 45-62, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19328/12524>.

CASTRO, E. Industrialización truncada: globalización, postfordismo y degradación socioambiental en la Amazonia. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 57, nº 2 (Apr. – Jun., 1995), p. 31-55. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3541068>/ DOI: 10.2307/3541068

CASTRO, E. Nascimento de um Polo Guseiro. *Cadernos do CEAS*, nº 142, p. 41-57, março/abril, 1993, Salvador.

CVRD Presidência. *Amazônia Oriental: um projeto nacional de exportação*, Rio de Janeiro, 1980.

LEITE, M. de P. Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil: o quadro atual. In: Gitay, Leda (org.) *Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina*. CHD-CENED/UNESCO-OREALC. Campinas, 1994.



LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das Chaminés*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UnB, 1987.

MATTOSO, J. E. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995

MONTEIRO, M. de A. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*. v. 8, nº 1, p. 141-187, jun. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/50/46>. 2005.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RIBEIRO, G. L. Cuanto más grande mejor? Proyectos de gran escala, una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, Argentina, v. 27, nº 105, p. 3-27, abr./jun. 1987.